

O país desconcertante

Benedicto Ferri de Barros

Quem quer que analise o Brasil à luz dos números, das teorias e da lógica concluirá que ele é inviável econômica, política e socialmente. Terá de imediato à sua frente a refutação irrecusável de que ele continua a existir. Intelectualmente isso representa um impasse. Impasse que se agrava quando se dá conta de que não só o País subsiste, como, sob numerosos aspectos, evidencia um desenvolvimento, uma potencialidade e uma vitalidade que parecem em desacordo e incompatíveis com o que os números, as teorias e a lógica enunciam de modo irrefutável.

Que explicação dar para isso? Há a teoria das bruxas, que existem apesar de serem refutadas; há a advertência de Shakespeare de que na Terra existem coisas não sonhadas por nossa vã filosofia. Ambas, entretanto, não nos fornecem explicações; apenas nos induzem a admitirmos enigmas e a convivermos com o mistério.

Quais são os componentes deste mistério?

Em primeiro lugar o fato de que o Brasil real transcende o Brasil oficial. Os únicos conceitos relativos ao País são os oficiais e o Brasil real não é abrangido por eles. O Brasil real não se acha nos tratados, nem nas leis, nem nas estatísticas. Não fazem parte dos conceitos oficiais as fortunas ilícitas notórias, que os escândalos divulgados imprudentemente deixam entrever. Idem as investigações, autos e processos, que desaparecem nas esquinas dos trâmites burocráticos. Idem os desfechos que redimem acusados e invertem posições, tornando o Estado devedor de desfalques praticados por terceiros, públicos e privados. Não constam do Brasil econômico as atividades que se refugiaram nas saudáveis catacumbas das produções sem registro, das transações sem notas, do micro e macrocontrabando interno e internacional, do escambo que se generaliza. Malhas grossas não detêm tubarões, nem malhas finas impedem a passagem de lambaris — e muito menos de guarus. O Brasil oficial se empobrece aumentando exportações a preços inferiores ao seu custo de produção; mas os produtores brasileiros que exportam, mediante subsídios e outras inoficialidades, enriquecem. Há os ganhos não-tributados, não-tributáveis, intratributáveis. A correção, o open, o "p.f.". Há os marreteiros, as grilagens, as invasões. Há os assaltos e os furtos. Tudo isso mantém atividade, redistribui renda, corrige informalmente a realidade conceitual oficial. Na prática a teoria brasileira é outra. O impossível no Brasil oficial é o possível do Brasil oficioso ou extra-oficial. Isto não consta dos conceitos. É assunto da *praxis*.

Talvez tudo isso pareça muito deprimente a mentalidades aferradas a visões nominalistas e paradigmáticas do mundo. Trata-se de abstrações do mundo. Que explicação terão elas a dar sobre a exemplar república helvética que virtualmente vive da clandestinidade institucionalizada das contas-numeradas? Como justificar a consabida economia sommersa a que o Estado italiano

fecha os olhos porque sobre ela repousa a saúde econômica da Itália? Como explicar a sobrevivência desse anacrônico 3% da população americana, que insiste em produzir alimentos muito acima dos volumes que os Estados Unidos são capazes de consumir e a Rússia só parcialmente defere absorver mediante empréstimos a juros subsidiados?

Excluindo-se regiões menos desenvolvidas, onde o trabalho continua sendo considerado como um imperativo de sobrevivência e um caminho para a prosperidade, o Brasil — salvo o oficial e o não-oficializado — continua a ser um dos países do mundo onde se trabalha mais.

Eis algumas das razões, empilhadas ao acaso, da falsa discrepância entre a inviabilidade brasileira e sua sobrevivência real.

Não creia o leitor que aderimos ao cinismo como forma de explicação. Também aqui, na realidade brasileira, há fatos e situações que, lembrando as bruxas e Shakespeare, pendem para o lado construtivo dos valores e da natureza humana.

Esquecendo-se os contrabandistas, os mordomistas, os casuístas de todas as espécies, não se pode olhar sem simpatia atividades espontâneas que os indivíduos e os grupos desenvolvem para livrar-se de um mundo "oficial" que o Estado abusivamente transformou em um habitat inabitável. Não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, os cidadãos se recusam a deixar de fazer coisas que o Estado enquadraria arbitrariamente de ilegais, assim como se recusam a fazê-las do modo como os governantes e seus burocratas consideram mais úteis aos seus interesses. Interesses de quem? Os homens continuam a julgar-se árbitros mais lúcidos do que lhes interessa fazer e como. É a chamada revolução liberal espontânea, braica e não-sangrenta, cujo denominador comum é a rejeição da inoperância, prepotência e impostura das classes políticas e sua burocracia governante.

No Brasil atual há, porém, mais do que isso. À clandestinidade criminosa de alguns que se oculam sob o Estado e, sob o manto da política e do governo, exploram o povo e prejudicam o País na escala dos trilhões; à clandestinidade salutar de outros que nada mais fazem do que sacudir em escala microscópica o parasitismo paralisante da burocracia oficial há de acrescentar-se a criatividade espontânea das elites e do povo, que, desamparados, ignorantes ou meramente infensos à oficiosidade, continuam crescendo em realizações pessoais ou coletivas.

A parte mais pujante e mais saudável do País se acha neste capital não recenseado, nem passível de recenseamento, representado pelo crescimento espontâneo do homem brasileiro, em todos os níveis e setores. É isto que viabiliza o Brasil. Apesar de...